

Um ensaio em busca de entendimento da relação entre custos ambientais e desempenho econômico

Eloy Antonio Fenker (UNIVALI) - epoa@hotmail.com

Marcos Antonio de Souza (UNISINOS) - marcosas@unisinós.br

Resumo:

Os resultados das pesquisas que visam verificar a relação entre os custos ambientais e o desempenho econômico financeiro das empresas são contraditórios: algumas concluem pela existência de relação, outras, pela inexistência. O objetivo deste ensaio é apresentar uma análise crítica dos fundamentos teóricos que tratam desse relacionamento. O contexto em que se examina é o da sustentabilidade sistêmica, econômica, social e ambiental. Parte-se da explicitação de resultados de algumas pesquisas onde se demonstra a falta de uniformidade das conclusões. Buscou-se fundamentos teóricos para explicitar a expectativa econômica de retorno econômico dos gastos ambientais sob uma ótica objetivista, funcionalista e fundamentos teóricos ontológicos e epistemológicos sob uma ótica subjetivista, que defende a impossibilidade de mensuração objetiva desta relação, o que é feito utilizando-se o método dialético. Demonstra-se a deficiência da contabilidade em captar os custos ambientais tangíveis e intangíveis no âmbito da sustentabilidade. A economia busca maximização de resultados, mas as demandas ambientais visam o bem-estar e não há um denominador único de valor. Redução de custos ambientais imediatos (objetivos) gera danos ambientais (subjetivos), além de custos intangíveis no longo prazo. Um gasto ambiental tangível, econômico, reduz riscos e danos ambientais, gera ativos intangíveis e economia de custos no longo prazo. Em síntese, custo e benefício econômico e ambiental são inversos. No conceito de sustentabilidade, investimentos deveriam proporcionar também retorno social e ambiental, não mensuráveis senão de forma intangível e subjetiva segundo valores não monetários. A análise do retorno deveria contemplar o diálogo entre paradigmas, o que demanda uma abordagem multiparadigmática.

Palavras-chave: *Custos ambientais. Desempenho econômico. Sustentabilidade*

Área temática: *Gestão de Custos Ambientais e Responsabilidade Social*

Um ensaio em busca de entendimento da relação entre custos ambientais e desempenho econômico

Resumo

Os resultados das pesquisas que visam verificar a relação entre os custos ambientais e o desempenho econômico financeiro das empresas são contraditórios: algumas concluem pela existência de relação, outras, pela inexistência. O objetivo deste ensaio é apresentar uma análise crítica dos fundamentos teóricos que tratam desse relacionamento. O contexto em que se examina é o da sustentabilidade sistêmica, econômica, social e ambiental. Parte-se da explicitação de resultados de algumas pesquisas onde se demonstra a falta de uniformidade das conclusões. Buscou-se fundamentos teóricos para explicitar a expectativa econômica de retorno econômico dos gastos ambientais sob uma ótica objetivista, funcionalista e fundamentos teóricos ontológicos e epistemológicos sob uma ótica subjetivista, que defende a impossibilidade de mensuração objetiva desta relação, o que é feito utilizando-se o método dialético. Demonstra-se a deficiência da contabilidade em captar os custos ambientais tangíveis e intangíveis no âmbito da sustentabilidade. A economia busca maximização de resultados, mas as demandas ambientais visam o bem-estar e não há um denominador único de valor. Redução de custos ambientais imediatos (objetivos) gera danos ambientais (subjetivos), além de custos intangíveis no longo prazo. Um gasto ambiental tangível, econômico, reduz riscos e danos ambientais, gera ativos intangíveis e economia de custos no longo prazo. Em síntese, custo e benefício econômico e ambiental são inversos. No conceito de sustentabilidade, investimentos deveriam proporcionar também retorno social e ambiental, não mensuráveis senão de forma intangível e subjetiva segundo valores não monetários. A análise do retorno deveria contemplar o diálogo entre paradigmas, o que demanda uma abordagem multiparadigmática.

Palavras-chave: Custos ambientais. Desempenho econômico. Sustentabilidade.

Área temática: Gestão de Custos Ambientais e Responsabilidade Social

1 Introdução

Os resultados das pesquisas que visam verificar a relação entre os gastos ambientais e o desempenho econômico das empresas são contraditórios: algumas concluem pela existência de relação, outras, pela inexistência. O objetivo deste ensaio é uma análise crítica dos fundamentos teóricos que se referem ao relacionamento entre gastos ambientais e desempenho econômico-financeiro de empresas. Busca-se, com isso, identificar possíveis explicações para a falta de uniformidade dos resultados das pesquisas.

Neste estudo adotam-se seis suposições que se pretende investigar:

- a) os gastos ambientais são realizados visando manter a condição de qualidade ambiental prévia, já existente por si só, não agregando valor novo sob o aspecto ecológico e econômico.
- b) boa parte dos custos e benefícios ambientais são de natureza intangível de longo prazo, não calculados e não revelados.
- c) as empresas de modo geral não calculam nem divulgam segregadamente todos os seus gastos ambientais.

- d) o valor absoluto de gastos ambientais tem relação com o nível do risco ambiental, e não com o desempenho econômico.
- e) os gastos ambientais estão mais direcionados à proteção contra possíveis autuações fiscais e pouco relacionados à agregação de valor aos *stakeholders* envolvidos.
- f) Os retornos e *stakeholders* econômico e ambiental são diferentes.

Gastos ambientais são aqui utilizados no sentido amplo, envolvendo investimentos de longo prazo, custos e despesas operacionais, visando prevenção, controle e correção de falhas. Tal generalização decorre do fato de serem aqui tratados como fenômenos econômicos e não apenas sob uma classificação contábil. Assim, no decorrer do trabalho, os termos gastos, custos, despesas e investimentos são utilizados indistintamente, embora a literatura tenda a considerar investimentos aqueles que produzem efeitos no longo prazo.

Por desempenho econômico entende-se o resultado do exercício em suas várias dimensões e relações, tais como: lucro líquido, lucro operacional, rentabilidade, retorno sobre capitais etc.

2 Revisão de Literatura

2.1 Conceitos sobre gastos, retornos e desempenho

Os conceitos tradicionais prevalentes no estudo das empresas partem do pressuposto de que gastos (investimentos, custos, despesas) devem agregar valor econômico ao produto e ser recuperados via preços de venda. Esta é a visão dominante, de relação de causa e efeito necessária segundo o paradigma funcionalista, determinista. É neste singelo contexto que são realizadas as pesquisas que objetivam identificar e mensurar a relação entre gastos ambientais e desempenho econômico como se pertencentes à natureza geral de gastos e retornos. No entanto, uma visão pós-moderna em estudos organizacionais (Caldas, 2005) coloca em cheque estes pressupostos, como se procura demonstrar. Quando a questão envolvida são os gastos ambientais, o retorno não pode ser explicado pelos conceitos econômicos tradicionais, uma vez que envolvem retornos ambientais, cujos valores não correspondem necessariamente aos econômicos. Tratar retornos ambientais e econômicos conjuntamente, no âmbito da sustentabilidade, requer uma abordagem mais complexa, multiparadigmática.

Para Kuhn (2009, p. 95), um paradigma é aquilo que os membros de uma comunidade científica partilham, incluindo a visão de mundo e o sistema de crenças, valores, técnicas e modelos, com as conseqüências. Quanto à mudança de paradigmas, o autor argumenta que “A emergência de novas teorias é geralmente precedida por um período de insegurança profissional pronunciada, pois exige a destruição em larga escala de paradigmas e grandes alterações nos problemas e técnicas da ciência normal”.

Burrell e Morgan (1979) sugerem que os cientistas assumem visões do mundo e das ações humanas seguindo orientação objetivista (funcionalista, normativa, determinista: o mundo é objetivo, concreto, previsível, controlável e segue leis próprias) ou subjetivista (interpretativista: nada é previsível, o mundo é construído na interação social). Para estes autores, os paradigmas são independentes (incomensuráveis).

Para Morgan e Smircich (1980), o subjetivismo nega a possibilidade de geração de conhecimento objetivo visando determinar relações entre fatos, uma vez que toda atividade científica é baseada em pressupostos ontológicos, que refletem os interesses, as crenças e valores do cientista. Para os autores, a ciência social não é objetiva, isenta, e os fatos sociais não são pré-definidos e previsíveis, mas construídos na ação social. Isto leva à indagação se reações humanas frente às questões ambientais e de sustentabilidade, de natureza subjetiva, podem ser previstas segundo os modelos econômicos, objetivos, determinísticos.

Para Morin (2006, p.25), “os indivíduos conhecem, pensam e agem segundo paradigmas inscritos culturalmente neles”. Um paradigma, segundo o autor, consiste na

“promoção/seleção dos conceitos-mestres da inteligibilidade”. O autor complementa que “somente o paradigma complexo de implicação/distinção/conjunção permitirá tal concepção, mas esta ainda não está inscrita na cultura científica” (p.25).

Capra (2006, p.183) também alerta para a dificuldade de diálogo entre economia e as demais ciências sociais, destacando que

A ênfase dada à quantificação confere à economia a aparência de uma ciência exata. Ao mesmo tempo, contudo, ela restringe severamente o âmbito das teorias econômicas na medida em que exclui distinções qualitativas que são fundamentais para o entendimento das dimensões ecológicas, sociais e psicológicas da atividade econômica.

Lewis e Grimes (2007, p.35) defendem a necessidade de “desafiar premissas tidas como corretas e retratar as organizações sob novos enfoques”, mediante a metatriangulação, ou uma análise organizacional sob um enfoque multiparadigmático e com isto ampliar o escopo da visão. Neste sentido, Caldas (2005, p.56) entende que se pode “gerar conhecimento por meio da oposição sistemática e proposital de perspectivas opostas”.

Caldas (2005) ainda sugere a necessidade de estudos reflexivos, especialmente os críticos e interpretativos, como forma de promover uma ampliação do estudo organizacional em nosso país para além de um paradigma funcionalista, seguindo a tradição internacional, especialmente Européia.

Cooper e Burrell (2007) criticam o isolamento das Ciências, como adotado na Economia, que somente utiliza o recurso endêmico da auto-referência. Assim, a Economia desconhece as teorias e conceitos dos campos sociais e ambientais, tornando inviável o avanço para prática da sustentabilidade sistêmica, mantida somente no nível de discurso com propósitos econômicos.

Amazonas (2001) escreve que, em economia, os valores sociais e ambientais são dados em termos de valores econômicos, enquanto que o conceito de sustentabilidade implica em diferenças de valores para os indivíduos, demandando um julgamento por critérios valorativos biofísico-ecológicos, que incorporam valores não-econômicos. Por isso não se pode esperar que o valor social e ambiental corresponda unicamente ao valor atribuído pela economia, pois neste caso não se estaria ponderando os demais. Desta forma, não se pode esperar que o retorno de gastos ambientais se comporte da mesma maneira que os demais investimentos no âmbito exclusivamente econômico.

A sustentabilidade é um conceito que deve ser analisado de forma sistêmica, contemplando, no mínimo, aspectos econômicos, sociais e ambientais de forma integrada, no que se denominou Triple Bottom Line (SAVITZ; WEBER 2007). Cada componente deste sistema de sustentabilidade segue as considerações contextuais e próprias que lhe são inerentes de modo especial quanto ao conceito de valor. Isto gera um conflito, pela consideração de visões diferentes, opostas, que de um lado visam otimizar o sistema socioambiental, enquanto que a economia demanda pela maximização de lucro e valor, com poucas concessões.

Para os economistas, um gasto econômico gera um retorno econômico. Os gastos ambientais são de natureza econômica, que é objetiva e determinista, característica do paradigma positivista. Uma abordagem determinista implica em que, a cada ação, corresponde uma reação, pré-determinada, conhecida, prevista cientificamente, tal como a relação necessária entre gastos e retornos. As considerações ambientais, no entanto, são de natureza social e subjetiva, características de um paradigma não determinísticas, diferenciadas conforme o sistema de crenças e valores individuais e não seguem as leis econômicas.

Oliveira (2007, p.1), em ensaio teórico sobre o tema ambiental e estratégias, sugere a necessidade da administração caminhar para “mudanças não superficiais e sim paradigmáticas”, integrando as perspectivas social, política, econômica, tecnológica, cultural, além da ambiental, propriamente dita.

Nesse sentido, as ações econômicas das empresas, com implicações socioambientais, realizadas sob um prisma objetivista, são avaliadas e respondidas segundo uma perspectiva subjetiva, que varia para cada indivíduo e contexto. Somente uma visão multiparadigmática poderia, em princípio, equacionar esta dicotomia. E, ao que tudo indica, sob a ótica subjetiva, gastos ambientais não agregam valor ambiental, dado que tão somente visam prevenir ou minimizar prejuízos ambientais, tal como o custo de correção de falhas de qualidade é considerado uma perda e não agrega objetivamente valor ao produto.

2.2 Pesquisas sobre gastos ambientais e desempenho econômico

As pesquisas divulgadas envolvendo a relação entre investimentos ambientais e desempenho financeiro ou desempenho econômico são, em sua grande maioria, inconclusivas ou contraditórias e os resultados parecem ser casuais e acidentais. É o que se depreende de forma clara pela leitura dos artigos nacionais ou internacionais relativos ao tema. No entanto, é nítida a orientação positivista dos autores, ao não buscarem explicações sobre o porquê da existência ou não da relação e, quando buscam, o fazem no âmbito exclusivo das teorias econômicas. Seguem alguns exemplos ilustrativos dessas pesquisas.

Ribeiro (2000) realizou pesquisa onde concluiu que o desempenho econômico não é afetado pelo desempenho ambiental, mas que o desempenho ambiental é influenciado pelo desempenho econômico. A autora supôs que o mercado não responde imediatamente ao desempenho ambiental das empresas. Adotando uma visão neoclássica, supôs ainda que investimentos ambientais reduzem o desempenho econômico, por serem realizados em detrimento de investimentos estritamente operacionais.

Alberton e Costa Jr. (2007) ao analisarem as pesquisas na área, afirmam que as conclusões sobre relacionamento entre desempenho financeiro e ambiental são contraditórias e, muitas vezes, inconsistentes. Igualmente, Tupy (2008) conclui que não existem relações estatisticamente significativas entre as variáveis econômico-financeiras e sócio-ambientais, recomendando pesquisa mais amplas, destacando ainda a escassez de dados publicados.

Cesar e Silva Junior (2008) investigaram a relação entre desempenho social/ambiental e desempenho financeiro de empresas listadas na BOVESPA, que publicam o balanço Social, e concluíram que tanto ROA quanto ROE não têm relação com os indicadores ambientais.

Macedo *et al.* (2008) analisaram comparativamente empresas com característica socialmente responsável e outras sem estas características, concluindo que não existem diferenças significativas entre os dois segmentos, no que se refere aos índices de liquidez, endividamento e lucratividade.

Nossa *et al* (2009) concluíram que o indicador de responsabilidade social interno, o indicador de responsabilidade social externo e o indicador de responsabilidade ambiental não apresentam relação com o retorno anormal das empresas da Bovespa no período de 1999 a 2006 e que publicam balanço social no modelo IBASE.

É esta também a conclusão de Vellani, Albuquerque e Chaves (2009), ao estudarem a relação entre valor de mercado das empresas e o desempenho econômico, social e ambiental. Estes autores citam ainda, outras pesquisas internacionais (Quadro 1).

Trabalho	O problema de pesquisa	Resultados
Belkaoui (1976) Shance and Spicer (1983)	Há correlação entre o valor de mercado e evidenciação de gastos com controles ambientais?	Há correlação positiva
Cormier et. al. (1996)	Há correlação entre valor de mercado e nível de poluição?	Há correlação negativa
Waddoc and Graves (1997);	Há correlação entre desempenho social e financeiro?	Há correlação positiva

McWilliams and Siegel (2000)		
Dowell et. al. (2000)	Há correlação entre valor de mercado e adoção de padrões de controle ambiental?	Empresas com adoção de padrões mais rigorosos de controle ambiental apresentam valor de mercado superior
Hassel, Nilson, Nyquist (2001)	Desempenho ambiental e econômico podem explicar o valor de mercado?	Podem explicar, mas há correlação negativa entre desempenho ambiental e valor de mercado
King, Lenox (2002)	Há correlação entre desempenho financeiro e prevenção de resíduos?	Há correlação positiva
Rennings, Schröder, Ziegler (2003)	Há correlação entre desempenho socioambiental e preço das ações?	Encontra-se correlação, mas fraca estatisticamente
Van de Velde, Vermeir, Corten (2005)	Há correlação entre sustentabilidade e desempenho financeiro?	Há correlação positiva
Bramer, Brooks, Pavelin (2006)	Há correlação entre desempenho social e financeiro?	Há correlação (positiva com indicadores relacionados aos funcionários e negativa com indicadores ambientais)
Magness, Tang Kai (2007)	Há correlação entre desempenho ambiental e lucratividade?	Há correlação positiva. Maior desempenho ambiental, maior lucratividade

Quadro 1 – Pesquisas internacionais

Fonte: Vellani, Albuquerque e Silva Chaves (2009, p. 4)

Ott, Alves e Flores (2009) analisaram a relação entre o desempenho econômico e os investimentos ambientais de 353 empresas do período de 1996 a 2007 a partir dos balanços sociais do modelo IBASE. Eles concluem que investimentos ambientais internos e externos impactam a receita líquida e resultado operacional, mas os setores não apresentam características de homogeneidade interna, e não há diferenciação capaz de explicar o desempenho econômico de forma diferenciada, exceto para petróleo e gás.

3 Considerações Metodológicas

O presente artigo decorre de uma revisão teórica que envolve: (a) pesquisas feitas sob a ótica funcionalista sobre a relação entre gastos ambientais e desempenho financeiro; (b) os pressupostos econômicos subjacentes ao paradigma dominante, de natureza objetiva ou positivista, prescritiva e preditiva; (c) uma breve revisão teórica de alguns autores com orientação paradigmática subjetivista.

Numa abordagem qualitativa, multiparadigmática, como esta pretende ser, prevalece o aspecto crítico e a explicitação das contradições entre a realidade vista sob o prisma econômico objetivo e sob o prisma social, subjetivo, em que as suposições centrais de cada um são incompatíveis (SILVA; ROMAN NETO, 2006, GODOI; BALSINI, 2006).

Em termos metodológicos é considerado um estudo crítico de gestão, sob a forma de ensaio teórico, utilizando o método da dialética objetividade/subjetividade (ANDION; SERVA, 2006).

Fournier e Grey (2007, p.343) defendem que “estar engajado em estudos críticos de gestão significa dizer que existe algo de errado com a gestão, enquanto prática e corpo de conhecimento, e que ela deve ser mudada”. Para eles, um estudo crítico de gestão adota pluralidade de tradições intelectuais da ciência social, entre elas o ambientalismo, utilizando uma reflexividade ontológica e epistemológica, em oposição ao método performativo, que utiliza o conhecimento tão somente em busca da eficiência, ou seja, obter mais com menos.

Para Sanseverino (2004), um ensaio consiste numa opção epistemológica, de reflexão dialógica com olhar atento para o objeto, sob vários ângulos, como uma nova abordagem, de forma livre e fugindo ao método cartesiano, permitindo inclusive a introdução de conceitos novos sem muita preocupação de defini-los. Com isto podem surgir novas conexões possíveis para o conhecimento, a partir de fragmentos.

Gil (1999, p.32) escreve que o método dialético consiste em “uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos se considerados isoladamente, abstraídos das influências políticas, econômicas, culturais, etc, diferenciando-se dos demais estudos; Godói e Balsini (2006, p. 95) o definem como abordagem para “aproveitar as diferenças como estímulo para construir novos futuros modos de apreensão da realidade social”, visando uma síntese como “modos de combinação que maximizem as forças de ambas as perspectivas e minimizem suas debilidades”, uma vez que “a postura dialética torna possível o convívio das diferenças”.

A amostra dos artigos e pesquisas foi feita por acessibilidade, tão somente com objetivo de se demonstrar a falta de convergência nas conclusões. No decorrer do estudo é feita a apreciação dos pressupostos, onde se procura na síntese, demonstrar que a questão ambiental segue o paradigma subjetivista, demandando conceitos não econômicos de valor, e, portanto, seria em princípio difícil identificar a relação entre gastos ambientais e desempenho econômico segundo uma ótica subjetiva, campo em que a questão ambiental pode ser considerada se analisada no contexto da sustentabilidade.

4 Discussão das Suposições

Após apresentar o referencial teórico do tema, os resultados das pesquisas que são contraditórios, e a identificação metodológica do estudo, na seqüência são apresentados os fundamentos teóricos para embasar as suposições e a síntese.

4.1 Suposição 1

Os gastos ambientais são realizados visando manter a condição de qualidade ambiental prévia, já existente por si só, não agregando valor sob o aspecto ecológico e econômico.

A qualidade ambiental é integral, sem a atividade econômica. Um dano ambiental somente é justificado por um retorno social igual ou maior, não por um benefício econômico. Ao minimizar os impactos ambientais negativos a empresa não está agregando valor ambiental, mas somente reparando parte dos danos causados ao ambiente. Sob o aspecto ambiental, recompor a situação inicial, natural, reparando e prevenindo os danos causados, não agrega nenhum valor.

Os estudos visando identificar a relação entre a questão ambiental e financeira ou econômica são feitos de modo geral a partir de um paradigma eminentemente positivista, tendo como pressuposto que os gastos ambientais devem gerar um retorno econômico mensurável. Assim, esses gastos deveriam criar valor e serem recuperados via preços de venda, melhorando ou mantendo a rentabilidade. O novo paradigma socioambiental nos indica que os investimentos e custos ambientais são realizados visando à sustentabilidade sistêmica, proporcionando também retorno social e ambiental que inclui: (a) internalizar as externalidades que são fonte de lucros considerados “espúrios”, à custa da degradação e poluição ambiental de curto prazo; (b) uma atuação ética e filantrópica para atender aspectos sociais e preservar o meio ambiente e com isto manter a reputação e imagem e justificar socialmente sua atuação, elementos de natureza eminentemente intangível e com efeitos de longo prazo, nem sempre traduzidos nos números dos balanços das empresas.

As teorias econômicas desenvolvidas levam em conta que as empresas obtêm maiores lucros quando apresentam vantagem em custo ou em diferenciação (PORTER, 1999). Assim,

sob o aspecto econômico, economizar gastos que visam evitar e controlar a degradação e poluição seria fonte de lucros, o que contraria frontalmente uma postura ética, implicando em perdas maiores no futuro. Custos ambientais, num primeiro momento, tendem a reduzir os lucros e não, aumentá-los. Para um entendimento da influencia dos investimentos e custos ambientais no desempenho da empresa deve-se indagar da natureza e das motivações para a realização dos gastos ambientais. De modo geral, as empresas realizam investimentos e custos ambientais visando se adaptar aos padrões mínimos decorrentes de Leis e Regulamentos (FENKER, DIEHL, ALVES, 2009; CRUBELATTE, VASCONCELOS; 2003). Reconhecer que a empresa não está num primeiro momento adaptada aos padrões mínimos implica em concluir que ela está abaixo dos padrões mínimos, ou seja, está degradando e poluindo o meio-ambiente, e com isto incidindo em custos intangíveis de imagem e relacionamento. A economia de custo assim obtida é a sua fonte de lucros que se poderia denominar de espúrios. Então, os gastos ambientais para adequação, num primeiro momento, visam tão somente evitar e reduzir as externalidades, substituindo custos externos por custos internos e não uma nova fonte de lucros.

Trata-se aqui de evitar os danos que são causados à saúde e qualidade de vida das pessoas e meio ambiente que vinham potencialmente ocorrendo e não de investimentos que visem aumentar lucros. São custos e investimentos incorridos para permitir que as empresas operem sem causar danos que causariam sem estes custos e investimentos. Então, não se pode esperar incremento de lucros por investimentos e custos ambientais. Ao contrário, seria esperada a redução dos lucros espúrios, obtidos à custa da degradação e poluição ambiental.

Hansen e Mowen (2003, p. 567) escrevem que “os custos ambientais podem ser chamados de *custos da qualidade ambiental*”. A qualidade, para eles, é obtida nas atividades em que existe ou pode existir má qualidade e, portanto são necessários recursos que implicam custos. Para Robles Jr (2003, p. 133), “A qualidade ambiental é parte inseparável da qualidade total adotada pelas empresas que pretendem se manter competitivas e assegurar sua posição em um mercado cada vez mais globalizado e exigente”. Por entenderem que os custos ambientais são os custos visando à qualidade ambiental, Robles Jr e Bonelli (2006) sugerem o tratamento dos custos ambientais no contexto de custos da qualidade.

Investimentos em tecnologia para melhorar a eficiência operacional, tais como tecnologias limpas, de modo geral não são considerados como de natureza eminentemente ambiental, mas operacionais (RIBEIRO, 2000). Por este motivo, torna-se difícil segregar o que é de natureza ambiental, de natureza da qualidade em geral ou simplesmente operacional puro. Tal diferença na classificação pode alterar substancialmente o resultado da análise de retorno econômico quando comparada com os investimentos ambientais.

A questão ambiental apresenta uma característica nova, ímpar, para as empresas, por estar relacionada com a saúde e qualidade de vida das pessoas e das futuras gerações. Porter e Teisberg (2007, p. 98), nesse sentido, trazem luz e uma diretriz para as considerações futuras, que merece uma reflexão mais profunda:

Foco no valor e não nos custos: O objetivo certo para a assistência à saúde é aumentar o valor para os pacientes, ou seja, a qualidade dos resultados para o paciente em relação aos dólares despendidos. Minimizar custos é simplesmente o objetivo errado e levará a resultados contraproducentes. Eliminar o desperdício e os serviços desnecessários é benéfico, porem, a economia de custos deve advir de reais eficiências, e não de transferência de custos e restrições nos tratamentos (racionamento) ou de redução da qualidade. Cada política e prática na assistência tem que ser testada contra o objetivo de valor ao paciente.

Assim, não existe um *trade-off* entre custos e qualidade. Em suma, reduzir custos, para estes autores, leva a resultados contraproducentes, geram mais prejuízos. Então, realizar

custos evita prejuízos futuros, conseqüentemente, não decorre necessariamente que venham a gerar lucros ou retorno futuro.

4.2 Suposição 2

Boa parte dos custos e benefícios ambientais são de natureza intangível e longo prazo, não calculados e não revelados.

A incorporação da natureza intangível das considerações socioambientais cria um vácuo na mensuração de custos e receitas ambientais pela exclusão das parcelas de difícil mensuração. EPA (2000) já destaca a natureza contingente e intangível dos custos ambientais quando apresenta o que denomina hierarquia dos custos ambientais: Convencionais – menos difíceis de quantificar, comumente alocados ao produto ou processo; Potencialmente Ocultos – embutidos no processo e não rastreados; Contingentes – passivos que dependem da ocorrência de eventos futuros; Imagem e Relacionamento – conforme a percepção dos *stakeholders*; Externos – mais difíceis de quantificar, que impactam o ambiente e a sociedade indiretamente.

A incorporação pelas empresas de considerações socioambientais implica a busca de um sistema de crenças e valores ampliado, holístico, muito além da racionalidade econômica. Nesse que se pode denominar novo paradigma (Tachizawa, 2006), o Resultado Sistêmico – econômico, social e ambiental – é buscado. Andersen (2007, p. 30) entende que “fazer do mundo um melhor lugar para se viver é um dos resultados finais das praticas éticas nos negócios que não deve ser subestimado”.

Johnson, Scholes e Whittington (2007) propõem quatro tipos de posturas éticas, que definem como “o grau em que uma organização excede suas obrigações normais para com os *stakeholders* e a sociedade como um todo”, quais sejam: tipo 1 – quando as empresas visam somente a interesses de curto prazo dos acionistas; tipo 2 – de interesse próprio destacado, quando visam a benefício financeiro de longo prazo para o acionista e uma boa relação com os *stakeholders*; tipo 3 – quando incorpora os interesses e expectativas dos *stakeholders* aos propósitos e estratégias da organização, mensurando os resultados além das considerações meramente financeiras, aceitando redução da lucratividade em prol do bem social e ambiental; tipo 4 – quando o objetivo financeiro é secundário, substituído pelo propósito de moldar a sociedade, tornando-se uma espécie de complemento ou substituto do Estado, abrindo mão de parte do lucro econômico em favor da sustentabilidade social e ambiental.

Andrade e Rosseti (2007, p. 119) também se posicionam nessa linha, no sentido de integrar a responsabilidade ambiental num contexto econômico e social, como uma forma de evitar os riscos e perdas decorrentes de uma postura desalinhada com as novas exigências dos *stakeholders*:

Em contraposição ao objetivo de máximo retorno total dos proprietários, tem sido desenvolvidas proposições mais abrangentes aos objetivos corporativos, apoiados no conceito de *triple bottom line*. Estas proposições não recusam nem questionam a legitimidade do retorno dos investidores, mas ponderam que as companhias também acumulam ganhos – de que são exemplos a imagem e a reputação corporativa – se atuarem com olhos voltados para questões econômico-financeiras, ambientais e sociais. E podem incorrer em perdas e riscos se desconsiderarem estas questões.

Vislumbra-se assim, a emergência de uma demanda por investimentos ou custos de natureza nova, em atendimento ao novo paradigma socioambiental. Esses gastos precisam ser mais bem estudados e entendidos pela Contabilidade, carecendo de considerações e métodos de mensuração e registro, inclusive da formação e manutenção de fatores intangíveis ou ativos intangíveis, tais como os propostos por Diehl (1997). Os contadores se deparam com nova

conceituação contábil de gastos, sendo viável que alguns possam ser ativados e outros considerados como um custo de sustentabilidade. O tema ambiental, em função de sua relativa novidade, carece de mais estudo por parte da academia, no que se refere à sua vinculação com a dimensão econômica, dado que somente retorno social justifica dano ambiental, parcialmente reparado economicamente.

Uma vez que os custos ou investimentos ambientais de natureza intangível não são considerados na maior parte das análises, bem como as receitas intangíveis correspondentes, e considerando-se que se tornam cada vez mais importantes na atividade das empresas, pode-se supor que esta omissão de parcela significativa de dados tenha reflexo nas análises e conclusões das pesquisas. E, se os investimentos sociais e ambientais são realizados visando a Sustentabilidade, no longo prazo, um valor intangível, então não se pode esperar que o retorno econômico dos gastos sociais e ambientais ocorra de forma tangível, no curto prazo.

4.3 Suposição 3

As empresas de modo geral não calculam nem divulgam segregadamente todos os seus gastos ambientais tangíveis.

Os estudos também referenciam as limitações de divulgação externa de investimentos e custos ambientais e a falta de dados pode e tende a gerar resultados imprecisos. Por isso, as análises externas tendem a ser incompletas, seja por falta de dados, seja pela falta de um padrão. Mesmo internamente, os custos ambientais, de modo geral, são tratados contabilmente no âmbito dos custos da qualidade geral ou operacionais, sem diferenciação e com isto deixam de ser explicitados como gastos ambientais, que ficam subestimados. Conforme Ribeiro (2000) já escreveu, estes custos são muitas vezes considerados operacionais e não ambientais. A literatura faz referência à escassez de modelos de consideração dos custos ambientais, face à novidade do tema (IFAC, 2005).

Hansen e Mowen (2003), destacando os custos das externalidades, classificam os custos ambientais em: (a) Prevenção; (b) Detecção; (c) Custos de falhas ambientais internas; (d) Custos realizados de falhas ambientais externas; (e) Custos não realizados de falhas externas – (custos sociais ou externalidades) são as mais devastadoras, conforme os autores.

Quanto ao tipo de custos ambientais, EPA (2000) considera os custos dos desperdícios de material, de trabalho e de capital da mesma forma que IFAC (2005).

Robles Jr. (2003, p. 127) é enfático ao afirmar que “a maioria das empresas não conhece seus custos ambientais”, estando mascarados por outros custos, carecendo de aplicação de metodologia para sua identificação visando a fornecer subsídios para o planejamento estratégico.

Ricco e Ribeiro (2004) apontam para a dificuldade de calcular retorno de investimentos na área ambiental, em função de ineficientes ferramentas de custeio, que desconsideram custos indiretos e custos intangíveis, tornando as análises nebulosas e até inviáveis.

Campos e Selig (2005, p.139) escrevem que a contabilidade não mensura adequadamente os custos ambientais, destacando:

Os atuais sistemas de custos, apesar da inegável evolução dos últimos anos, não correspondem adequadamente à contabilização e mensuração dos chamados custos ambientais, na verdade, não os consideram, por serem estes custos intangíveis. [...] Em suma, a problemática dos sistemas de custos tradicionais está baseada em dois aspectos: o primeiro deles, na inadequada alocação dos custos tangíveis, ou seja, os sistemas tradicionais não diferenciam as atividades que agregam valor das que não-agregam valor aos produtos, nem tampouco identificam e avaliam adequadamente as perdas existentes nos processos, fazendo com que as respostas obtidas, por meio destes

sistemas, não sejam tão adequadas ou representativas; o segundo aspecto, diz respeito a não-incorporação dos custos intangíveis, onde se inserem os custos ambientais.

Campos e Selig (2005, p.144) também abordam a questão de lucros que decorrem de economia de custos ambientais, que constituem as externalidades e passam a ser custos sociais:

Os custos não agregados ao valor do produto são considerados por Kapp (1975) como “*economia de custos impagos*”, impagos à medida que não são contabilizados como gastos da empresa, ao invés disso, são suportados pela comunidade como um todo. Em muitos casos, os custos sociais decorrentes dos dejetos provenientes das atividades produtivas têm origem na minimização dos custos internos de produção em prol de uma maior margem de lucro.

Porter (1999) também reclama da deficiência dos sistemas de custeio, ao alocarem os custos por tipo de despesas diretamente aos produtos, sem levar em conta os custos por atividade, de forma que não alocam às atividades os custos correspondentes.

Souza e Collaziol (2006, p.1) investigaram o controle dos custos da qualidade, concluindo haver “baixa aplicação de procedimentos direcionados à classificação e mensuração dos custos da qualidade”. Essa situação, por analogia, também se espera encontrar ao tratar dos custos ambientais, uma vez que os custos ambientais são tratados no âmbito da qualidade.

Fenker, Diehl e Alves (2009) concluem que as empresas, de modo geral, não segregam os investimentos e custos ambientais dos demais investimentos custos da qualidade e custos operacionais, nem evidenciam os custos indiretos e intangíveis. A pesquisa ainda revelou que, em média, os custos ambientais das empresas brasileiras é da ordem de 4%, o que pode indicar a pouca relevância do nível de custos e investimentos ambientais para apresentar expressiva alteração no desempenho econômico.

4.4 Suposição 4

O valor absoluto de gastos ambientais tem relação com o nível do risco ambiental, e não com o desempenho econômico.

Os custos ambientais são realizados visando reduzir os impactos e riscos ambientais e corrigir as falhas de qualidade. São custos que não visam aumentar retorno, mas reduzir riscos e danos. Fenker, Diehl e Alves (2009) relatam a existência de uma relação entre risco ambiental e custos ambientais, indicando que o custo visa basicamente reduzir os impactos e riscos ambientais, pois empresa com maior risco ambiental apresenta maior custo ambiental. Atribuir relação causal aos gastos ambientais como determinantes do retorno é questionável. Se devesse existir uma relação entre os gastos ambientais e o desempenho, e se esta relação fosse sempre positiva, e fosse a única causadora do desempenho, empresas mais poluentes, com altos riscos e, portanto, maiores gastos ambientais, sempre apresentariam lucros e jamais apresentariam prejuízos. Então, maior poluição, maior lucro.

O desempenho econômico e financeiro das empresas decorrem de vários fatores e não unicamente dos gastos ambientais. Estes podem eventualmente influenciar o desempenho, mas não podem ser considerados únicos. Uma análise isenta deveria segregar as demais causas dos efeitos no desempenho.

Pode-se então concluir que não são viáveis estudos transversais visando identificar a relação entre investimentos sociais e ambientais em sustentabilidade, de natureza de longo prazo, com os resultados econômico-financeiros, de curto prazo, em empresas de riscos diferenciados. Estudos desta natureza seriam mais adequados se de natureza longitudinais, envolvendo uma única empresa ou empresas com idênticos níveis e risco e também de

políticas ambientais, uma vez que tanto o nível de risco quanto a política ambiental determinam o nível de gastos ambientais.

4.5 Suposição 5

Os gastos ambientais estão mais direcionados à proteção contra possíveis autuações legais e pouco relacionados à agregação de valor aos *stakeholders* envolvidos.

Os objetivos de *performance* propugnados pela economia visando a eficiência e maximização de resultados e valor econômicos, traduzidos na literatura e nas pesquisas, indicam a tendência de adoção de políticas ambientais em nível mínimo, atendendo os *stakeholders* econômicos e desconsiderando os demais de natureza social e ambiental, gerando com isto custos intangíveis de sustentabilidade, que não são captados pelo sistema a curto prazo.

Suposição 6

Os retornos e *stakeholders* econômico e ambiental são diferentes.

Savitz e Weber (2007) enfatizam que as empresas sustentáveis devem ser capazes de medir, documentar e reportar o retorno positivo sobre o investimento em suas três modalidades de resultados – econômico, ambiental e social – assim como os benefícios recebidos pelos *stakeholders*. Os retornos econômicos e ambientais são direcionados a *stakeholders* diferentes: os econômicos, para os acionistas e os ambientais, para toda a humanidade. O retorno econômico é expresso em termos monetários (objetivo) e o ambiental, em termos de satisfação pela manutenção da qualidade original do meio ambiente e redução dos danos causados (subjetivo), em benefício social. O econômico precisa fornecer retorno ambiental, o que somente pode ser feito sob a forma de concessão econômica, de redução de lucros, único valor reconhecido por ele, dado que maximizar lucro implica em minimizar o socioambiental. E reparar dano ambiental, não agrega valor ambiental, somente repõe a condição original existente sem a atividade econômica. O teste final da incompatibilidade paradigmática consistiria em demonstrar que os pressupostos caminham em sentido contrário. Economia de custos ambientais tangíveis econômicos imediatos (objetivismo) gera riscos e danos ambientais (subjetivismo), além de custos econômicos intangíveis no longo prazo. Um gasto ambiental tangível, econômico gera retorno socioambiental, além de economia de custos intangíveis no longo prazo. Em síntese, custo e benefício econômico e ambiental são inversos.

Considerações finais

A medição dos efeitos econômicos dos investimentos e custos ambientais é tarefa difícil. Esta afirmação é corroborada pelas pesquisas que são divulgadas tentando verificar se existe relação entre custos e investimentos ambientais com Taxas de Retorno e outros indicadores financeiros, onde as conclusões são inconsistentes, como seria de esperar a partir de um maior entendimento do paradigma sócio-ambiental.

Na busca de identificar explicações para a falta de uniformidade dos resultados das pesquisas foi realizado o presente estudo que sugere algumas possíveis causas, relacionadas à consideração de custos e investimentos ambientais:

Sendo os custos ambientais tangíveis de natureza eminentemente compensatória para evitar ou reduzir impactos ambientais, e para internalização de outros custos, os custos sociais, não é de se esperar que produzam efeito no desempenho econômico de curto prazo.

Risco ambiental maior implica em maiores custos econômicos, mas não implica necessariamente em maior retorno, pressuposto de quem procura encontrar relação entre custo ambiental e rentabilidade ou entre aumento de custos ambientais e aumento de rentabilidade.

Boa parte dos custos ambientais são intangíveis e logo, não são mensurados e de efeito no longo prazo. A falta de consideração dos custos intangíveis leva ao cálculo de resultados (lucros) superavaliados. Com isto, eventuais comparações dos custos e investimentos tangíveis geram uma percepção de uma taxa de retorno superior à real.

Sendo os custos ambientais diferenciados por empresa e atividade - para algumas empresas eles são insignificantes e para outras são expressivos - então análises comparativas somente teriam sentido quando as empresas são segregadas por atividade de igual risco ambiental. Análises globais contemplando empresas com baixo e alto risco na mesma categoria tendem a distorcer as análises.

Investimentos de cunho misto no âmbito da qualidade e da eco-eficiência, tendem a ser confundidos e não-evidenciados como estritamente ambientais, mas como operacionais. Por outro lado, pode-se supor também uma tendência de algumas empresas atribuírem a característica exclusivamente ambiental para investimentos de natureza mista.

Sendo os investimentos ambientais realizados para produzirem efeito no longo prazo, especialmente de natureza intangível, como efeito na imagem e reputação da empresa, não é de se esperar efeito no desempenho econômico de curto prazo. Análises de corte transversal não permitem acompanhamento dos efeitos de longo prazo decorrentes de investimentos ambientais. Assim, em princípio estudos longitudinais seriam mais adequados e deveriam contemplar somente empresas de mesmo segmento e risco ambiental e com práticas contábeis semelhantes de cálculo e evidenciação dos gastos ambientais.

O desempenho econômico-financeiro das empresas depende de vários fatores, sendo difícil atribuição da causa do desempenho tão somente para a variável ambiental. Para analisar o efeito dos gastos ambientais, também deveriam ser isolados os efeitos dos demais componentes que influenciam no resultado, sob pena de se estar atribuindo à questão ambiental a responsabilidade total.

Em síntese, no conceito de sustentabilidade, investimentos ambientais são neutros econômica e ambientalmente e o retorno ambiental não é mensurável senão de forma intangível e subjetiva, ao reduzir as externalidades, motivo pelo qual não seriam bem captados nas demonstrações contábeis e relatórios das empresas. Custos e benefícios econômicos são inversamente proporcionais aos ambientais.

Como dificuldade do estudo pode-se mencionar a relativa novidade da abordagem subjetivista no campo organizacional e especialmente no trato das questões ambientais e contábeis, o que sugere se recomendar ampliação de estudos teóricos desta natureza, visando integrar a dimensão contábil e econômica com a social e ambiental, utilizando-se referenciais multidisciplinares e acolhendo-se a abordagem multiparadigmática.

Referências

ALBERTON, Anete; COSTA JR. Newton C.A. Meio Ambiente e Desempenho Econômico-Financeiro: Benefícios dos Sistemas de Gestão Ambiental (SGA) e o Impacto da ISO 14001 nas Empresas Brasileiras. **RAC Eletrônica**, v. 1, n.2, p.153-171, Maio/Ago. 2007 .

AMAZONAS, Mauricio de Carvalho. Valor e Meio Ambiente: Elementos para uma abordagem evolucionista. Tese (Doutorado). Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas, 2001.

ANDERSEN, Bjorn. O papel da ética em governança corporativa de qualidade. *In*: BERTIN, Marcos E.; WATSON, Gregory H. (org). **Governança corporativa: Excelência e qualidade no topo**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007, p. 25-38.

ANDIONC.;SERVA,M. A etnografia e os estudos organizacionais. *In*: GODOI, C.K.; BANDEIRA-DE-MELLO; SILVA, A.B. **Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais**: paradigmas, estratégias e técnicas. São Paulo: Saraiva, 2006, p.147-179.

ANDRADE, Adriana; ROSSETTI, José Paschoal. **Governança corporativa: Fundamentos, desenvolvimento e tendências**. 3 Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BRASIL. LEI N.º 9605 de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 13 fev. 1998.

BURRELL, G., MORGAN, G. Part I: In search of a framework. *In*: G. Burrell & G. Morgan (Eds.), **Sociological paradigms and organizational analysis**: Elements of sociology of corporate life. London: Heinemann, 1979.

CALDAS, Miguel P. Paradigmas em Estudos Organizacionais: Uma introdução à série. **RAE**. v. 45, n.1, p.53-57 Jan/Mar 2005.

CAMPOS, Lucila Maria de Souza. **Um estudo para definição e identificação dos custos da qualidade ambiental**. 1996. Dissertação (Mestrado) – Engenharia da Produção. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

CAMPOS, Lucila. SELIG, Paulo. Custos da Qualidade Ambiental: Uma visão dos custos ambientais sob a ótica das organizações produtivas. **Rev. Ciências Empresariais da UNIPAR**, Toledo, v.6, n.2, jul./dez., 2005

CAPRA, FRITJOF. **O Ponto de Mutação**. São Paulo: Cultrix, 2006.

CEZAR, J. F.; SILVA JUNIOR, A. A relação entre a responsabilidade social e ambiental com o desemprego financeiro: Um estudo empírico na Bovespa no período de 1999 a 2006. **Anais**. Congresso ANPCONT, 2, 2008, Salvador - BA. ANPCONT, 2, 2008.

CRUBELLATE, João M.; VASCONCELOS, Flavio C. Gestão Ambiental: uma crítica sistêmica e alternativas ao “otimismo verde”. **O&S - Organizações e Sociedade** - v.10 - n.26 - Janeiro/Abril – 2003

COOPER, R. e BURRELL, G. Modernismo, pós-modernismo e análise organizacional: uma introdução. *In*: CALDAS, M. P.; BERTERO, C.O. (coord.) **Teoria das Organizações**. São Paulo Atlas, 2007, cap. 14.

DIEHL, Carlos Alberto. **Proposta de um sistema de avaliação de custos intangíveis**. 1997. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

ENVIRONMENTAL PROTECTION AGENCY - EPA. **The lean and green supply chain**: a practical guide for materials managers and supply chain managers to reduce costs and

improve environmental performance. 2000. Disponível em: <<http://www.epa.gov/oppt/library/pubs/archive/acct-archive/pubs/lean.pdf>> Acesso em: 20 abr. 2007.

FENKER, Eloy; DIEHL, C.A. ALVES, Tiago W. Um estudo empírico sobre gestão de custos e riscos ambientais. **Anais**. Congresso Brasileiro de Custos, 16, – Fortaleza - Ceará, Brasil, 03 a 05 de novembro de 2009.

FOURNIER, R; GREY, c. Hora da verdade: condições e prospectos para os estudos críticos da gestão. *In*: CALDAS, M. P.; BERTERO, C.O. (coord.) **Teoria das Organizações**. São Paulo Atlas, 2007, Capítulo 15.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOI, C. K.; BALSINI, C.P. A pesquisa qualitativa nos estudos organizacionais brasileiros: uma análise bibliométrica. *In*: GODOI, C.K.; BANDEIRA-DE-MELLO; SILVA, A.B. **Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais: paradigmas, estratégias e técnicas**. São Paulo: Saraiva, 2006, p.89-112.

HANSEN, Don R.; MOWEN, Maryanne M. **Gestão de custos**. São Paulo: Pioneira, 2003.

INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS - IFAC. **International guidance document: environmental management accounting**. New York: IFAC, 2005. Disponível em: <<http://web.ifac.org/sustainability-framework/overview>>. Acesso: 23 out. 2008.

JOHNSON, Gary; SCHOLLES, Kevan; WHITTINGTON, Richard. **Explorando a estratégia corporativa**. Porto Alegre: Bookman, 2007.

KUHN, T. **A Estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectivas, 2003.

LEWIS, M.W.; GRIMES, AJ. Metatriangulação: construção teórica com base em paradigmas múltiplos. *In*: CALDAS, M. P.; BERTERO, C.O. (coord.) **Teoria das Organizações**. São Paulo Atlas, 2007, p. 34-65.

MACEDO, Marcelo; SOUZA, Antonio; SOUZA, Carolina; CIPOLA, Fabrício. Análise comparativa do desempenho financeiro de empresas socialmente responsáveis. **Anais**. Congresso USP de Contabilidade e Controladoria, 4. São Paulo:2008.

MORGAN, Gareth; SMIRCICH, Linda. The Case for Qualitative Research. *Academy of Management. The Academy of Management Review*; v. 5, n. 4; p. 491-500, 1980

MORIN, Edgar. **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. São Paulo: Cortez, 2006

NOSSA, Valcemiro; CESAR, Jesuína; SILVA JUNIOR, Anor; BAPTISTA, Ézio; NOSSA, Sylvania. A Relação entre o Retorno Anormal e a Responsabilidade Social e Ambiental: Um Estudo Empírico na Bovespa no Período de 1999 a 2006. **BBR – Brazilian Business Review**, v. 6, n.2, Vitória - ES, Mai – Ago 2009.

OLIVEIRA, Edemis C. **Anais**. XXVII SEMAD 2007 – Semana Do Administrador/UEM – 01 a 05 de Outubro/2007 – Maringá/PR.

OTT, Ernani; ALVES, Tiago; FLORES, Giovana. Investimentos Ambientais e Desempenho Econômico das Empresas: um Estudo Utilizando Dados em Painel. **Anais**. ENANPAD, 33. São Paulo: 19 a 23 de setembro de 2009.

PORTER, Michael E. **Competição: Estratégias Competitivas Essenciais**. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PORTER, Michael E. ; TEISBERG, Elizabeth O. **Repensando a saúde: estratégias para melhorar a qualidade e reduzir os custos**. Porto Alegre: Bookman, 2007.

RIBEIRO, Maisa. Custos Ambientais: o caso das empresas distribuidoras de combustíveis. **Anais**. Congresso Brasileiro de Custos, 3 – CBC. Recife, 2000.

RICCO, Andre; RIBEIRO, Maisa. Avaliação de mecanismos para análise de custos em investimentos ambientais. **Contab. Vista & Revista.**, v.15, n.3, p. 9-25, dez. 2004

ROBLES JR., Antonio. **Custos da qualidade: aspectos econômicos da gestão da qualidade e da gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2003.

ROBLES JR., Antonio; BONELLI, Valério V. **Gestão da qualidade e do meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2006.

SANSEVERINO, Antonio M.V. Pequenas notas sobre a escrita do ensaio. **Historia Unisinos**, v.8, n.10, jul/dez. 2004.

SANTOS, Boaventura. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos Avançados**, v. 2 n. 2, São Paulo Maio/Ago. 1988.

SAVITZ, A; WEBER, K. **A empresa sustentável**. Rio de Janeiro: Campus; 2007.

SILVA, Anielson B.; ROMAN NETO, João. Perspectiva multiparadigmática nos estudos organizacionais. *In*: GODOI, C.K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. Pesquisa qualitativa e estudos organizacionais: Paradigmas, Estratégias e Métodos. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 53-87.

SOUZA, M. A.; COLLAZIOL, E. Planejamento e controle dos custos da qualidade: uma investigação da prática empresarial. **Revista Contabilidade e Finanças – USP**. São Paulo, n. 41, p. 38-55, maio/ago. 2006.

TACHIZAWA, T. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa**. 3.Ed. São Paulo: Atlas, 2006

TUPY, Oscar. Investimentos em meio ambiente, responsabilidade social e desempenho econômico-financeiro de empresas no Brasil. **Revista de Estudos Politécnicos**. v. 6, n. 10, p.73-086, 2008

VELLANI, Cássio; ALBUQUERQUE, Aparecido; CHAVES, Eduardo Silva. Uma Tentativa de Mensuração da Relação entre Valor de Mercado e Sustentabilidade Empresarial nas Ações Listadas no ISE da Bovespa. **Anais**. Encontro da ANPAD, 32. São Paulo, SP: 2009.